

Ciência e Emancipação Feminina

propaganda libertária nas páginas de *A Plebe* (1917-1951)

Ana Claudia Ribas

“**Q**uero ser livre na terra como o pássaro livre na floresta”¹, escrevia a militante libertária Alayde L. Campos, ao defender a emancipação feminina na década de 1920, no Brasil, através da imprensa libertária. Completava, ainda: “Quero viver não como escrava, mas sim como parte integral da humanidade, investigando a ciência e a verdade”. As palavras de Alayde traziam consigo importantes nuances que permeavam a cultura anárquica² da primeira metade do século XX, para além da defesa da emancipação da mulher: a vinculação da ciência à verdade, assim como de ambas aos preceitos anárquicos.

1 CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

2 Utilizamos aqui o conceito “cultura anárquica” em substituição à “ideologia anárquica” ou “doutrina anarquista”, por considerar que estes últimos seriam incapazes de abranger todas as possibilidades apontadas pelo anarquismo do movimento dos séculos XIX e XX. Também, ao utilizarmos o conceito de “cultura anárquica”, almejamos não privilegiar termos masculinos como “os anarquistas” ou “os libertários”, tendo em vista que não se tratava de um ambiente de discussão política exclusivamente masculino. Ao realizarmos a escolha pelo termo “cultura anárquica” e “cultura libertária”, apoiamos-nos em Marshall Sahlins, que define como “cultura” um conjunto de significações, a ordem dessas significações. Entendendo que essa “ordem cultural” anárquica não pode ser contida em um termo inflexível como “doutrina” ou “ideologia”, uma vez que não existe um grande livro que balize o pensamento libertário, nem um único pensador maior que detenha a palavra maior, mas sim uma pluralidade de vozes e uma vasta gama de possibilidades libertárias, vislumbramos um ambiente dinâmico, criando uma ordem que, segundo Sahlins, se reproduz na mudança e enquanto tal. Somente desse modo se tornou possível abarcarmos as muitas possibilidades de concepção do anarquismo.

No que se refere à vinculação da cultura anárquica aos debates sobre emancipação feminina, eles aconteciam no contexto de sua proposta de revolução social; tratava-se de parte integrante das ações em prol do nascimento da almejada sociedade igualitária. Ele, certamente, pode ser elencado como maior diferencial entre a cultura libertária e as demais ideologias políticas revolucionárias que despontaram a partir do século XIX como alternativa a sociedade capitalista vigente.

O anarquismo se tornava grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, bem como sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos. Um dos espaços para publicação de suas ideias foi o jornal de propaganda *A Plebe*, que veiculava textos com o intuito de estimular leitores e leitoras desse periódico a ingressarem na militância pelo anarquismo. Nas palavras de Isabel Cerruti, uma colaboradora assídua do periódico, vê-se o estímulo à atuação feminina junto à cultura libertária:

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social.³

É importante lembrar que a cultura anárquica não pregava uma conquista do poder para a implantação da “ditadura do proletariado”, como defendia Marx e seus seguidores, mas acreditava na possibilidade da destruição das relações de poder, substituindo-a por novas formas de relações e moralidade social⁴. Para a construção dessa nova moral, a cultura libertária se propunha a discutir questões sexuais, de saúde e educação da população, apresentando propostas para a construção de uma autonomia pessoal capaz de guiar seus militantes a uma liberdade idealizada como plena.

A cultura libertária durante a primeira metade do século XX no Brasil alcançou grande influência junto ao movimento operário graças também à utilização de uma ferramenta que se mostrou essencial para a propaganda

3 CERRUTI, I. *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.

4 RAGO, Margareth. “Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola”. In: SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

anarquista: a imprensa. Entre os muitos periódicos editados no Brasil, encontra-se *A Plebe*, jornal que pode ser elencado como uma das publicações de maior representatividade no meio libertário durante seus muitos anos de circulação (entre 1917 e 1951). Em suas páginas se encontravam textos publicados no decorrer de sua existência nos quais se abordavam temáticas como prostituição, amor livre, controle de natalidade, vasectomia, emancipação feminina, educação sexual, entre outros. Tratava-se de uma tentativa de transformação das relações de gênero no sentido da emancipação econômica, afetiva e sexual. O libertários e as libertárias não se constrangiam, portanto, em expor seus pontos de vista, afastando-se do discurso religioso de controle da sexualidade; era uma alternativa frente a normatização vitoriana⁵.

Todos esses temas se encontravam balizados nas articulações com discursos científicos, acionados para legitimação da propaganda libertária. A representação do pensamento anárquico, assim, se encontrava vinculada ao conceito de evolução da humanidade. Entendida como “sinônimo de desenvolvimento gradual, contínuo, nas ideias e nos costumes”⁶, uma cons-

tante melhoria do potencial humano, essa evolução seria a geradora do pensamento anárquico:

Anarquia, como sistema socialista sem governo, tem uma origem dupla: é o resultado dos grandes progressos do pensamento no campo econômico-político que caracterizam o nosso século, e caracterizam especialmente a segunda metade do século passado.⁷

Nessa mesma lógica evolutiva, encontrava-se a proposição de revolução social apresentada no pensamento anárquico. Assim como a cultura libertária seria fruto da evolução ascendente do pensamento humano, também a revolução o seria, uma vez que a “ciência não vê nenhuma oposição entre estas duas palavras – evolução e revolução – que se parecem muito, mas que, na linguagem comum”, em uma linguagem considerada não científica, seriam “empregadas num sentido completamente distinto de seu primeiro significado”⁸.

Dialogando com seu tempo, a cultura libertária foi amplamente influenciada pelo pensamento ocidental da verdade científica, que esteve em voga durante meados do século XIX e parte do século seguinte. Nesse diálogo,

5 RAGO, op. Cit., 2001, p.147.

6 RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 22.

7 KROPOTKINE, P. A Anarquia. *A Plebe*, 16 março de 1935, n.84, p.02.

8 RECLUS, 2002, p. 21.

a construção argumentativa dos discursos ganhavam contornos agora datados. Mesmo que as temáticas e os princípios defendidos pelo anarquismo ainda hoje se mantenham atuais em relação ao tempo presente, historicizar a cultura libertária não significa desqualificá-lo enquanto pensamento político mas lembrar de sua importância histórica, assim como do potencial transformador da sua rebeldia, capaz de gerar uma transgressão criativa.

A Plebe e a Ciência

O século XIX, assim como a primeira metade do século do XX, trouxe consigo mudanças muito rápidas e profundas para a sociedade ocidental. As configurações dos centros urbanos alteravam espaços sociais e as práticas de sociabilidades, reverberando entre os intelectuais e pensadores da época, produzindo discursos que se desdobravam do deslumbramento com o novo que se instaurava até a resistência a essas mudanças sociais que geravam novos parâmetros de desigualdades econômicas. É o momento do advento dos socialismos e do sonho da instauração de uma sociedade igualitária.

Para além dessas discussões, vale lembrar que o anarquismo influenciou inúmeros movimentos sociais no transcorrer dos séculos XIX e XX, pela construção de novas práticas de vida social,

pelo questionamento do poder em todas as dimensões da vida cotidiana ou pela pregação da autogestão. Através da fundação das “escolas modernas”, da recusa a se aceitar o princípio de representação política, da negação do poder religioso ou do questionamento da instituição do casamento, a cultura libertária construía sua luta política.

Por certo, não há como negar que a cultura anárquica, que pregava a abolição das leis e do governo, acabou por alimentar todo um contexto representativo de um estado de anomia social⁹, sendo estes acusados de destruidores da ordem e amoraes. Essa representação da cultura libertária em muito se diferenciava do que defendiam seus pensadores, que acreditavam na emergência de uma ordem de autogestão, baseada na liberdade individual e na igualdade, o que Mikhail Bakunin chamou de “reino da cooperação livre”¹⁰. Para combater essa representação de barbárie a que a cultura anárquica estava vinculada no imaginário popular, era necessário lançar mão de discursos com maior poder de legitimidade. É nesse ponto que a ciência é conclamada a atuar enquanto defensora do anarquismo.

Para a propagação dessa nova re-

9 Utilizamos aqui o conceito desenvolvido pelo sociólogo Durkheim. In: DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo, Martin Claret, 2008.

10 BAKUNIN, M. *Conceito de Liberdade*. Portugal, Porto: Ed. RES, 1975.



apresentação política rumo ao convencimento do operariado, de forma a guiá-los à revolução social, há um elemento crucial a ser elencado na estratégia libertária: sua imprensa de propaganda. Assim como a construção da representação do anarquista está ligada à imprensa escrita do século XIX e a suas manchetes sensacionalistas, também as publicações libertárias atuaram com muita força na divulgação dos princípios anárquicos, como na reconstrução de suas representações, provando o equívoco de Bakunin ao desacreditar na eficácia da palavra escrita.

Pouco inclinados à constituição de grandes organizações hierarquizadas, o movimento libertário se utilizou da imprensa escrita como forma de empreender sua participação junto ao movi-

mento operário, afastando-se de ações violentas e aplicando o conceito de ação direta junto aos sindicatos e às movimentações operárias.

Em terras brasileiras, a cultura libertária chega através dos imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis. Não tardou até que vários militantes libertários brasileiros ganhassem projeção. Responsáveis pela organização dos primeiros movimentos operários brasileiros, como a Federação Operária de São Paulo, em 1905, pelo 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, liderando greves em 1907, 1917, 1918 e 1919 no Rio de Janeiro e em São Paulo – que se estenderam também para outros estados brasileiros –, a cultura anárquica atuava em organizações sindicais das quais estavam à frente, para efetivação de sua propaganda política, pela imprensa libertária. Esse período se tornou um momento de profunda esperança na revolução social, período em que a cultura libertária viveu seu auge. Nessa situação de florescência, foi fundado o jornal *A Plebe*, em 1917. Esse periódico é citado como um dos mais conhecidos e importantes da imprensa libertária brasileira, tanto pela extensão do período de sua existência quanto pela abrangência de sua circulação. Firmou-se como importante divulgador da cultura anarquista, mantendo sua circulação até o ano de 1951, com interrupções motivadas por

perseguições policiais e políticas e por problemas financeiros.

Os textos veiculados nas páginas de *A Plebe* nos revelam a tentativa de construção de uma sociedade ácrata, livre das autoridades, leis e das chamadas “amarras da moral burguesa”. Aí os debates sobre a chamada “emancipação feminina” ganham espaço. Tratam-se de discussões sobre a participação das mulheres na vida pública, na militância política, no espaço feminino no mundo do trabalho, letramento feminino, a possibilidade do amor livre, controle de natalidade, além de questões relacionadas à educação sexual.

A partir desses temas, é possível perceber, ao voltar a atenção às páginas da imprensa libertária, o mais importante dos conceitos anárquicos: a liberdade. Compreendida como natural¹¹, intrínseca e parte da essência humana, a liberdade é o elemento chave para a compreensão da lógica da cultura anárquica. Todas as correntes de pensamento anarquista, apesar de divergirem em muitos pontos em suas estratégias de luta, pautaram-se na autogestão e na liberdade individual como sua base incontestável.

A defesa dessa liberdade, pela cultura anárquica, estava vinculada ao conceito científico de evolução. Seria

através da experimentação da liberdade que a humanidade continuaria sua caminhada ascendente na espiral evolutiva, como podemos perceber nos artigos veiculados em *A Plebe*:

A liberdade é segundo o anarquismo, o principio básico e fundamental da harmonia social e portanto um fator da evolução da espécie sem essa condição essencial, a vida é impossível.¹²

Essa liberdade não se encontrava limitada ao plano abstracional, mas vinculada às práticas da cultura anarquista, encontrando-se, desse modo, para além da simples liberdade física, associada às possibilidades múltiplas de expressão no meio libertário, presente no convívio entre os militantes, estendendo-se aos relacionamentos, às vinculações amorosas e às relações de gênero. Apesar de parecer existir uma situação harmoniosa, obviamente muitos conflitos estavam postos no meio da cultura libertária, no que se refere à interpretação e na efetivação da liberdade, perceptíveis também nas páginas de *A Plebe*. Não desejamos nos deixar levar por uma visão romântica no que se refere à cultura libertária, como também não desejamos lhe roubar o mérito de suas ideias e ações pioneiras.

11 O conceito de natureza utilizada pelos pensadores libertários do século XIX e início do XX, baseia-se nas ideias dos filósofos iluministas.

12 GARCIA, M. *A Plebe*, 17 de fevereiro de 1934, n. 56, p.02.

Dessa forma, “A liberdade” seria “a excelsa manifestação da Natureza”¹³, como defendia o grupo editor do jornal *A Plebe*. Os conceitos de liberdade e natureza estavam postos nas páginas desse periódico, lado a lado, ambos como extensões da mesma concepção de evolução humana constante. Como escreveu a importante militante francesa Louise Michel, em texto veiculado por *A Plebe*:

A natureza obriga aos seres vivos a devorarem-se uns aos outros. O cadáver de certos animais alimentam o homem. Ao morrer, a larva [se] transforma em mariposa. Por toda a parte a vida brota da morte. Porém, através da série de transformações, o progresso se realiza. No domínio dos seres humanos, a história se limita a registrar o nascimento, o progresso e a decadência de sucessivas gerações, mas esse período constitui um avanço sem cessar, em busca da perfeição.¹⁴

Da mesma forma que a liberdade era concebida como algo natural, as desigualdades sociais, em controponto, passavam a ser entendidas como anti-naturais, pois, para que a “verdadeira sociedade” pudesse emergir, seria pre-

ciso que fossem “abolidas as desigualdades artificiais entre os indivíduos, e, portanto as diferenças de classes” para que a “verdadeira associação de homens livres”, na qual “a felicidade de cada um dependerá da felicidade de todos, em que a felicidade de todos, resultará a de cada um”¹⁵, despontasse enfim.

Diferentemente das demais correntes socialistas, a cultura libertária adotava outra lógica de pensamento rumo à revolução social, que, apesar de buscar embasamentos de cunho científico, valorizava outros aspectos da experiência humana para além da perspectiva econômica, como, por exemplo, a defesa da importância do amor no contexto revolucionário, apresentado como “filho da ciência e da verdade”, ou seja, o “amor pelas conquistas da liberdade”¹⁶. Da mesma forma, destacava-se a relevância da sexualidade para a emancipação humana, pois, ao pensar em revolução, seria necessário pensar em uma nova moral de cunho libertário, que deveria ser livre de “preconceitos, dos tabus, das crenças obsoletas e das repressões sexuais”¹⁷. Tudo para que, enfim, uma nova sociedade pudesse emergir pautada na solidariedade.

Para a cultura libertária, os meios eram essenciais para a construção de

13 A Tendência humana para a liberdade. *A Plebe*, 28 de abril de 1934, n. 61, p.01.

14 MICHEL, Louise. *A Plebe*, 13 outubro de 1948, n.19, p.04.

15 *A Plebe*, São Paulo, 05 jul. 1919.

16 DUTHIERS, G. *A Plebe*, São Paulo, 24 out. 1949.

17 RAGO, op. cit., 2001, p.150.

uma revolução social. Não bastaria apenas propagar mudanças em um futuro incerto, era necessário cultivá-la por intermédio de novas práticas no cotidiano.

A cultura anárquica é uma cultura de transgressão; não de simples transgressão despropositada, mas de uma transgressão geradora, através da qual é possível vislumbrar uma sociedade igualitária e livre.

A Plebe e a emancipação feminina

Os discursos militantes veiculados em *A Plebe* criticavam duramente o conservadorismo burguês a favor do nascimento de uma sociedade livre dos preconceitos, solidária e capaz de refutar conscientemente as repressões impostas pelo que chamavam de obscurantismo religioso. A cultura libertária, assim, não desejava apenas transgredir as regras da moral mas também apresentar uma nova escala moral, pautada em valores com a liberdade individual, pensada para uma sociedade de cooperação mútua, seguindo o princípio de que para que uma nova sociedade pudesse nascer seria necessário, não apenas de uma nova moral, mas de novos homens e novas mulheres.

Havia, nessa atitude, um deslocamento do foco de atuação política. Enquanto a cultura anárquica se mantinha intensamente vinculada ao investimento estratégico de propagar um conjunto



de mudanças de atitudes que poderiam gerar uma nova sociedade, a maioria dos demais socialismos mantinha os olhos fixos em uma política institucional. O campo moral é o espaço de atuação política da cultura libertária, no qual discursos desconstruíam o corpo disciplinado das operárias e dos operários, para apresentar o projeto libertário de construção de uma nova moral sexual, capaz de gerar a “emancipação humana”.

Desde o século XIX, os ideários anarquistas discutiam temas relacionados à moral, ao casamento, à sexualidade e aos corpos masculinos e femininos, temas compreendidos como parte integrante da vida humana, sendo que a liberdade individual também deveria ser preservada¹⁸. Na propaganda da cultura anarquista, é possível entender

18 GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 1998.

que o corpo passa a ser uma forma de fazer política, de propor a revolução; não qualquer corpo, mas sim corpos dotados de conhecimento, sexualidades e desejos. Assim, para promover essa transformação social prevista no projeto libertário, ações de educação sexual, palestras, livretos e exibição de filmes são anunciados e propagados em *A Plebe*. Em meio disso, encontravam-se os discursos em prol da emancipação feminina.

É possível perceber que, nas páginas de *A Plebe*, a construção de representações ideais de militância feminina eram construídas – e acionadas – nos discursos referentes à revolução social libertária, especialmente para a defesa de um novo código moral libertário. Não se deveria aguardar uma sociedade anárquica ideal vindoura, concebida em um futuro incerto; tratava-se de um novo conjunto de valores, uma nova escala moral, que deveria ser vivenciada no cotidiano, como mais uma ferramenta capaz de efetivar a esperada revolução libertária. Falava-se, nos discursos da cultura anárquica, em novos homens e novas mulheres.

É importante destacar que a cultura libertária defendia uma participação política feminina, uma emancipação da mulher, que estava distante das bandeiras levantadas pelas sufragistas brasileiras, afastando-se também do que era veiculado por publicações des-

tinadas ao público feminino de classes mais abastadas. A “emancipação feminina” pensada e veiculada em *A Plebe* estava intimamente ligada ao mundo operário. Muitos textos desse periódico criticavam ferrenhamente as limitações políticas para a participação feminina presentes na reivindicação pelo voto da mulher. Em 20 de novembro de 1920, nas páginas de *A Plebe*, publicou-se o texto da militante Isabel Cerruti intitulado “A Moral nos Lares”, no qual criticava a *Revista Feminina*¹⁹:

A ‘Revista Feminina’ em seu programa propõe-se a propugnar a emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. E só. A isso chamam pomposamente ‘emancipação feminina’!

Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco...

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: que fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como atriz histórica, para sua inteira integralização na vida social.²⁰

19 Publicação que circulou entre as décadas de 1910 e 1930.

20 CERRUTI, I. A Moral do Lares. *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.

A autora sinaliza para um discurso político que valorizava as discussões acerca da mulher e o papel que esta deveria desempenhar na proposta de revolução social, sem relegar essa discussão para um possível momento pós-revolução, entendendo que a *emancipação feminina* estaria diretamente relacionada com a possibilidade de efetivação das propostas da cultura libertária. Essa ampliação das possibilidades de participação política feminina fez com que as militantes libertárias se mantivessem afastadas do rótulo de feministas durante a primeira metade do século XX, com receio de uma limitação de suas lutas à reivindicação do voto, ou seu afastamento do cotidiano operário – espaço de maior atuação da cultura libertária.

A emancipação feminina não se limitava a atuação da mulher no mundo público, ou seu acesso a condições de trabalho igualitárias. Perpassava, também, as relações afetivas e as organizações familiares. Entendido como grande inimigo da emancipação feminina, o matrimônio indissolúvel ganhou destaque nas críticas libertárias, assim como a dependência econômica da mulher em relação ao seu marido, que impossibilitava que as uniões pudessem acontecer de forma livre, guiadas pelo simples sentimento do amor, e perpetuadas pelo tempo que este permitisse.

Em um texto clássico de Bakunin,

publicado em *A Plebe*, em 1921, é possível perceber claramente essa relação:

Assim como estamos convencidos de que abolindo o matrimônio religioso e o matrimônio civil, jurídico, restituímos a vida, a realidade, a moralidade ao matrimônio natural unicamente fundado sobre o respeito humano e a liberdade dos dois indivíduos, homem e mulher que se amam; que reconhecendo a cada um a liberdade de se separar do outro quando quiser e sem necessidade de pedir licença seja a quem for negando igualmente a necessidade desta licença para se unirem os dois, e repelindo em geral toda intervenção de qualquer autoridade em sua união, nós os tornaremos mais estreitamente unidos, bem mais leais um para o outro (...).²¹

Percebe-se que, na perspectiva apresentada por Bakunin, a crítica ao matrimônio se encontrava vinculada à sua dissolubilidade e à sua desvinculação dos espaços institucionais da Igreja Católica e do Estado. A partir das palavras desse pensador libertário, haveria um “matrimônio natural”, uma união sexual que estaria para além das leis e preceitos de sua sociedade contemporânea, mas que, no entanto, estaria

21 M. Bakunin, *A Plebe*, São Paulo, 15 jan. 1921.

dentro da possibilidade de um contexto verdadeiro.

A questão da emancipação feminina e de suas consequências nas relações afetivas preocupava sinceramente libertárias e libertários, tanto que, nas páginas de *A Plebe*, ao publicar-se os “Princípios do socialismo anarquista”, encontrava-se, entre dez itens, o seguinte:

9º As uniões sexuais devem fundar-se no amor. A mulher deve ser econômica e moralmente, independente. Os filhos dependerão, naturalmente, por vínculo do afeto, dos seus progenitores, assim como também de toda a sociedade, que a todos deve indistintamente instrução, apoio e meio de trabalho.²²

Para que a mulher fosse capaz de tornar-se “econômica e moralmente independente”, seria necessário prepará-la. A emancipação era compreendida como um processo por parte da cultura libertária, e muitos grupos e associações traçavam estratégias nesse sentido, através de conferências, publicações de folhetos, jornais de propaganda e até cursos noturnos. Tudo para que a mulher não se tornasse “uma eterna ignorante, enfileirada no exercício dos retardatários do progresso”, da constante

evolução humana²³, na qual se pautava o anarquismo.

Na primeira década do século XX, associações femininas se formavam no Brasil, no intuito de propiciar meios para a emancipação das mulheres. Uma dessas associações foi o Centro Feminino Jovens Idealistas em São Paulo, que considerava “que a emancipação da mulher constitui uma necessidade dos povos e que esta emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica”²⁴. Vale destacar que não se tratava de qualquer instrução, mas uma instrução que fosse ao mesmo tempo “racional” e “científica”. Isso significava situar a emancipação feminina propagada pela cultura libertária em um contexto de cientificidade, em oposição à opressão e ao controle infligidos às mulheres, especialmente aqueles de cunho religioso, amplamente combatidos pela militância libertária:

Quisera ver-te lutar com enaltecida bravura, continuando o curso da grandiosa mãe natureza rumo à ciência, desdenhando as batinas dos padres.

Oh! Eu quisera embriagar-te com o licor da *verdade pura*, e... em-

22 *A Plebe*, São Paulo, 17 mai. 1919.

23 CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

24 RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 15.

punhas o glorioso pendão da salvadora anarquia, para fazê-lo tremular rumo ao campo da tua emancipação, sob o sublime sol da mãe harmonia, só assim seria livre nesta sociedade maldita! [grifos meus] ²⁵

É possível perceber a importante influência exercida pelo pensamento científico nos discursos libertários de propaganda, contextos atenciosamente escolhidos, em consonância com os preceitos anárquicos, uma vez que outras teorias científicas que também despontaram no século XIX e adentraram pelo século seguinte não eram acionadas. É o caso, por exemplo, da teoria freudiana, que inviabilizaria os discursos e ações em prol da emancipação feminina.

No entanto, esse debate se trata de uma questão mais ampla do que as páginas de que dispomos no momento.

Considerações Finais

O presente artigo nada mais é que um breve olhar no que se refere aos posicionamentos científicos adotados nas articulações discursivas da propaganda libertária, com o intuito de lançar alguns vislumbres acerca da amplitude das discussões que estavam postas nas páginas de *A Plebe*, importante impresso anárquico brasileiro que, através dos

discursos nele veiculados, sinalizavam para as mudanças (e resistências) relacionadas à cultura anárquica, à emancipação feminina, a mudanças nos relacionamentos e nas vivências da sexualidade.

Não há, aqui, uma intenção de generalizar as muitas perspectivas possíveis da cultura anárquica, pois sua riqueza reside justamente na polissemia de seus conceitos e princípios e na preservação da liberdade como maior princípio de pensamento político.

Essa breve análise, portanto, não pode ser considerada conclusiva ou acabada, pois, quanto às relações de gênero dentro da cultura libertária, muitas outras são possíveis (e necessárias), utilizando outros elementos que não foram contemplados neste artigo, mas que sinalizam para novas perspectivas de análises desse tão instigante tema, na tentativa de apresentar a profundidade possível através dos estudos realizados sob perspectivas interdisciplinares.

Ana Claudia Ribas é doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a tese: *As Sexualidades d'A Plebe: corpo, sexualidade e moral nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951)*.

25 BRIGIOTTE, D. A vós, minhas irmãs proletárias. *A Plebe*, São Paulo, n.42, 30 set. 1933.